

## A disputa ibérica pelo domínio do rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica

**Mário Clemente Ferreira**

Centro de História de Além-Mar - Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

[marioferreira@clix.pt](mailto:marioferreira@clix.pt)

### RESUMO

A ocupação colonial do vale do rio Paraguai aconteceu sobretudo na segunda metade do século XVIII. Para além de procurar identificar as razões para uma tão tardia ocupação colonial, esta comunicação pretende sobretudo analisar o modo como decorreu esse processo, nomeadamente a disputa entre as duas coroas ibéricas pelo domínio desse território e a produção cartográfica portuguesa e espanhola daí resultante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização portuguesa; rio Paraguai; ocupação; século XVIII.

As autoridades castelhanas do Paraguai tiveram conhecimento em 1723 do avanço da frente da colonização portuguesa até Cuiabá. Por isso, o Governador do Paraguai, José de Antequera y Castro, ordenou a exploração dos campos de “Gerez”<sup>1</sup>. Tratava-se da região onde em 1593 Rui Dias de Guzmán havia fundado a vila de Santiago de Xerez, na região do Itatim, abandonada após ataques de paulistas em 1632. Dessa expedição, e de uma outra realizada ainda em 1723, aquele Governador obteve informações relativas ao caminho das monções, ao povoamento de Cuiabá e à existência de vestígios de estabelecimentos temporários de portugueses acima dos rios Jejuí-Guaçu e Amambai<sup>2</sup>. A partir de então foi intensificado o processo de recolha de informações. Mas foi o novo Governador do Paraguai, Martin de Barua, quem ordenou em 1726 uma nova expedição para as «parajes de Jeres», rumo aos rios Iguatemi e Amambai e às campanhas acima deste último rio<sup>3</sup>.

Apesar das notícias entretanto recolhidas por estas expedições, mas também junto de indivíduos capturados pelos índios Paiaguá e levados para Assunção e de castelhanos que estiveram na Colónia do Sacramento e no Rio de Janeiro, um dos quais alertou inclusivamente para uma intenção portuguesa de

<sup>1</sup>Ynstruccion e orden que há de observar y guardar el Mestre de Campo Alonso Benites de Portugal, Assunção, 18-4-1723, pub. inBandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 378-379.

<sup>2</sup>Relato da viagem de Alonso Benites de Portugal, Assunção, 21-7-1723, Auto das perguntas feitas a índios fugidos, Assunção, 11-8-1723 e Carta de Alonso Benites de Portugal para o Governador do Paraguai, Curuguati, 5-1-1724, pub. inBandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 380-381, 383-385 e 390-391, respectivamente.

<sup>3</sup>Instrução ao Governador do Paraguai, Martin de Barua, 13-9-1726, pub. inBandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 414-416.

invasão do Paraguai, a coroa espanhola demorou a reagir<sup>4</sup>. Apenas em 1738, o monarca castelhano ordenou que o Governador do Paraguai, Rafael de la Moneda, mandasse averiguar se Goiás e Mato Grosso, mas também as Minas Gerais, estariam em território pertencente à jurisdição da sua coroa, devendo ser tomadas as providências para a expulsão dos portugueses caso isso se verificasse<sup>5</sup>. Esta ordem régia originou um segundo grande movimento de recolha de informações, as quais deveriam ser posteriormente enviadas para Madrid. Entre outros, foram ouvidos os elementos do cabido da cidade de Assunção, o padre Agostinho Castañares e dois portugueses que se encontravam em Assunção. Um destes últimos, António Antunes Souto, referiu ter vivido em Goiás e em Cuiabá e que na casa de seu pai, como em outras, era sempre afirmado que estas minas pertenceriam à coroa espanhola, salientando ainda o receio luso-brasileiro de que os espanhóis dali os expulsassem<sup>6</sup>. No entanto, apesar das informações que ao longo do tempo foram acumuladas, não ocorreu qualquer iniciativa espanhola que dificultasse a fixação de colonos da coroa portuguesa naquelas regiões, nem a navegação fluvial que se praticava a partir de São Paulo. O que explica então esta passividade perante o avanço português? Como se justifica, diante do conhecimento da fixação portuguesa, o vazio da colonização espanhola a norte de Assunção e de Curuguati, esta última fundada em 1715, a sul do rio Iguatemi?

À data da fixação dos primeiros mineradores, o território da América espanhola fronteiro à região de Cuiabá estava ocupado pelas missões de Chiquitos, pertencentes à Província Jesuítica do Paraguai, cuja instalação se iniciara em 1691 e se prolongara até então<sup>7</sup>. Para as autoridades espanholas, os índios Chiquitos apresentavam-se como aliados primordiais na defesa do espaço colonial e as missões assumiam-se como uma forma de conter os avanços dos súbditos portugueses que ameaçavam a segurança de Santa Cruz de laSierra<sup>8</sup>. Também aqui, como já vinha sucedendo noutras regiões da América espanhola, as missões apareceram como importantes instituições de fronteira e com elas formar-se-ia uma fronteira viva,

<sup>4</sup> Testemunho prestado por Afonso Gonzales de Gusman, Assunção, 13-1-1724, pub. in *Bandeirantes no Paraguai*, São Paulo, 1949, pp. 391-394.

<sup>5</sup> Carta do Marquês de Torrenueva para o Governador do Paraguai, Madrid, 25-10-1738, pub. in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte III, tomo II, Rio de Janeiro, 1951, p. 37.

<sup>6</sup> Informe prestado pelo paulista António Antunes Souto, Assunção, 15-9-1741, pub. in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte III, tomo II, Rio de Janeiro, 1951, pp. 44-45.

<sup>7</sup> Sobre o processo de instalação dos missionários na região de Chiquitos, ver, por exemplo, José Eduardo Fernandes Moreira da Costa, *A Coroa do Mundo, religião, território e territorialidade Chiquitano*, Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, Carlini&Canaiato Editorial, Cuiabá, 2006, pp. 45-64; Robert Southey, *História do Brasil*, vol. 3, Editora da Universidade de São Paulo, Editora Itatiaia Limitada, São Paulo e Belo Horizonte, 1981, pp. 97-121 e Roberto TomicháCharupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos*, Bolivia (1691-1767). Protagonistas e metodologiamisional, Talleres Gráficos KIPUS, Cochabamba, 2002, pp. 281-292. TomicháCharupá divide em quatro períodos o estabelecimento das missões de Chiquitos: o primeiro, de fundação (1691-1709); o segundo, de assentamento (1709-1724); o terceiro, de consolidação (1724-1754); e o quarto, de maturidade (1754-1767).

<sup>8</sup> Enrique de Gandia, *Historia del Gran Chaco*, Juan Roldan y Compañía Editores, Buenos Aires, 1929, p. 152.

uma barreira às invasões portuguesas<sup>9</sup>. Tratava-se da atribuição aos indígenas de um verdadeiro papel de “soldados da fronteira”<sup>10</sup>.

Contudo, se as missões garantiam a posse e permitiam a defesa do território sob a alçada espanhola, o aldeamento indígena desenvolvido pelos jesuítas apresentava como característica fundamental a ligação dos nativos à terra, a sua fixação num espaço perfeitamente identificado. Pelo contrário, o “bandeirismo paulista” era itinerante e expansionista. O confronto destes dois sistemas permitiu o avanço e a penetração para ocidente dos homens oriundos de São Paulo. Em parte, isto também explica aquela penetração e a ocupação de terras muito para além da linha de Tordesilhas<sup>11</sup>.

Por outro lado, desde o início da colonização do Paraguai que um forte antagonismo envolvia os colonos e os missionários, originado pela protecção que estes proporcionavam aos indígenas. Mesmo perante a presença jesuíta, os colonos continuavam a capturar índios, o que motivava os religiosos a reclamarem sistematicamente a intervenção da coroa com o objectivo de esta proibir a entrada, sem o prévio consentimento, de colonos e militares na região missionária<sup>12</sup>.

Esta oposição encontrava-se precisamente na sua máxima expressão quando se iniciou a ocupação portuguesa junto do rio Cuiabá. A utilização de milícias guaranis para debelar a revolução dos «Comuneros» do Paraguai (1717-1735) foi para isso essencial<sup>13</sup>. Jaime Cortesão atribui a esta revolução um papel fundamental, para nós excessivo, ao explicar o desconhecimento dos paraguaios, ocupados e esterilizados com estas lutas, relativamente ao percurso das monções que ligavam Araraguaba a Cuiabá<sup>14</sup>. Na verdade, sobre este caminho, desde muito cedo que os castelhanos possuíam diversas informações. Em 1723, dois índios fugidos aos colonos portugueses referenciaram a rota que utilizava o rio Verde para estabelecer a ligação entre o rio Paraná e Camapuã<sup>15</sup>. Essa informação seria confirmada aos castelhanos

<sup>9</sup> Citado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718*, p. 24.

<sup>10</sup> Esse papel de “soldados da fronteira” desempenhado pelos índios nas missões castelhanas em diversos trechos da fronteira da América espanhola foi destacado por Constantino Bayle, «Las Misiones, defensa de las fronteras. Mainas», in *Misionalia Hispanica*, ano VIII, nº 24, C.S.I.C., Madrid, 1951, pp. 417-503.

<sup>11</sup> Jaime Cortesão, *A.G.T.M.*, parte I, tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, pp. 168-169.

<sup>12</sup> Ver Eduardo Fernandes Moreira da Costa, *ob.cit.*, p. 53.

<sup>13</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Caminho de Chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718*, Coleção da Revista de História, vol. XX, São Paulo, 1960, pp. 54-55.

<sup>14</sup> Jaime Cortesão, *A.G.T.M.*, parte I, tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, pp. 169-170. Sobre esta revolta ver Robert Southey, *ob. cit.*, vol. 3, pp. 124-143.

<sup>15</sup> Auto das perguntas feitas a índios fugidos, Assunção, 11-8-1723, pub. in *Bandeirantes no Paraguai - Século XVII (Documentos Inéditos)*, p. 383.

alguns anos depois, em 1729, por um jovem português capturado pelos Paiaguá<sup>16</sup>. No entanto, apesar disso e ainda do conhecimento que essa era a única via de abastecimento e de comunicação de Cuiabá com o litoral, nenhuma medida foi tomada pelas autoridades castelhanas. Aliás, importa salientar que apenas após o estabelecimento do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, em 1767, os castelhanos planearam combater e anular aquela via de comunicação.

Por outro lado, os missionários de Chiquitos opuseram-se sempre com uma enorme tenacidade a que os espanhóis penetrassem ou atravessassem o seu território. Os padres superiores chegaram a ordenar que se alguns espanhóis, até com autorização do próprio Vice-Rei, ali se apresentassem com o objectivo de procurarem minas de prata, lhes fossem disponibilizados índios devidamente instruídos para conduzirem os visitantes por caminhos errados e difíceis, de forma a dificultar, e até impossibilitar, tal iniciativa<sup>17</sup>. O próprio comércio praticado entre as missões e as povoações castelhanas efectuava-se apenas através de uma única redução, a de S. Francisco Xavier, e por intermédio de dois únicos intervenientes, o padre procurador ali residente e um espanhol<sup>18</sup>. Todos estes embaraços colocados pelos religiosos fundamentaram, com alguma razão, a justificação do Governador Argomosa Ceballos, em 1738, perante a acusação de não se ter apercebido do estabelecimento das povoações portuguesas a tão curta distância<sup>19</sup>. De facto, as missões acabaram por funcionar como uma barreira, um separador entre as duas frentes de colonização ibérica nesta região da América do Sul.

Tudo isto explica que fosse sobretudo por índios em fuga ou pelos prisioneiros dos Paiaguá que os castelhanos tivessem tido as primeiras informações sobre a fixação dos portugueses no extremo ocidental do Brasil. Na verdade, as notícias não passavam com facilidade dos missionários e seus indígenas para as autoridades coloniais castelhanas. Para estas dificuldades de comunicação contribuíram claramente os conflitos de interesses e as mútuas desconfianças atrás referidas. Para os jesuítas, se a presença próxima dos colonos portugueses poderia ser uma forte ameaça, a entrada no território das missões de grupos de militares ou civis ao serviço da coroa espanhola para combater a colonização portuguesa poderia significar prejuízos ainda maiores para as reduções. Entendemos que aqui reside a principal explicação para a ausência de uma rápida e franca circulação de notícias dos religiosos da Companhia para as autoridades da América espanhola e até para silêncios intencionais.

<sup>16</sup> Testemunho de António Antunes da Silva, Assunção, 30-12-1729, pub. in *Bandeirantes no Paraguai - Século XVII (Documentos Inéditos)*, p. 429.

<sup>17</sup> Ver Jaime Cortesão, *A.G.T.M.*, parte I, tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, p. 170.

<sup>18</sup> Cortesão indica os documentos jesuíticos em que é descrita essa prática comercial: F.B.N., R.J., Manuscritos, I-29,5,98; I-29,5,101-103; I-29,6,2-3 (Jaime Cortesão, *A.G.T.M.*, parte I, tomo 2, p.170). Sobre o comércio praticado pelas missões de Chiquitos, ver Maria José DíezGálvez, *Los bienes muebles de Chiquitos. Fuentes para el conocimiento de una sociedad*, Agencia española de Cooperación Internacional - Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, Madrid, 2006, pp. 81-84.

<sup>19</sup> Jaime Cortesão, *A.G.T.M.*, parte I, tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, p. 170.

A ocupação indígena ao norte da cidade de Assunção contribuiu igualmente para justificar o estabelecimento dos portugueses e a sua circulação pela rota das monções sem qualquer oposição dos espanhóis. Os cavaleiros Guaicuru estendiam as suas correrias desde o rio Iguatemi até ao Taquari, dificultando por aquelas terras a circulação e fixação dos colonizadores. Os canoeiros Paiaguá concentravam-se sobretudo nas margens e proximidades do rio Paraguai e seus afluentes<sup>20</sup>. À época da fixação dos portugueses em Cuiabá, a adversidade dos Paiaguá relativamente aos espanhóis estava extremamente activa. Em 1727, precisamente o ano em que o Governador Rodrigo César de Meneses transformou o arraial cuiabano em vila, as autoridades de Curuguati queixavam-se das hostilidades indígenas que colocavam em causa até a segurança da própria vila<sup>21</sup>. Para o colonizador espanhol a situação agravava-se quando se registavam alianças entre os Guaicuru e os Paiaguá que, segundo o missionário Juan Patricio Fernandez, resultavam «en daño de los españoles»<sup>22</sup>.

Estas dificuldades explicam, de acordo com a nossa análise, a supremacia de Curuguati, em detrimento de Assunção, como centro organizador de iniciativas com vista à obtenção de informações sobre a presença portuguesa. Na década de 1720, várias expedições partiram daquela vila, fazendo os seus percursos sobretudo por terra, enfrentando as dificuldades daí decorrentes. Porque não fazê-lo então a partir de Assunção e pelo rio Paraguai? Assunção era a sede do governo e o centro mais populoso, dispondo de mais recursos. O Paraguai era um rio sem cachoeiras até às suas nascentes, de fácil navegação, como destacavam em finais do século Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira<sup>23</sup>. Parece-nos evidente que era a perigosa presença indígena nas margens desse rio que levava os assuncenhos a preferir Curuguati e a via terrestre nas suas actividades de reconhecimento.

Portanto, sem oposição castelhana ou até dos próprios jesuítas, enfrentado apenas as dificuldades impostas pelos condicionalismos naturais e a hostilidade de alguns grupos indígenas, muitos deslocam-se para as novas terras auríferas atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido. Assim que as primeiras notícias da descoberta do ouro se espalharam pelo Brasil iniciou-se um movimento de população em

<sup>20</sup> Ver Sílvia M. Schmuziger Carvalho, «Chaco: Encruzilhada de povos e “MeltingPot” Cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense», in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1998, pp. 463-467.

<sup>21</sup> Carta de José de Villar para o governador do Paraguai, Curuguati, 11-3-1727, pub. in *Bandeirantes no Paraguai. Século XVII (Documentos Inéditos)*, p. 421

<sup>22</sup> Juan Patricio Fernandez, *Relación Histórica de las Misiones de Indios Chiquitos*, apud Raul Silveira de Mello, *História do Forte de Coimbra*, 3ª vol., Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1960, p. 119.

<sup>23</sup> A.H.U., Mato Grosso, cx. 30, doc. 1676 (anexo), 1792, «Reflexões sobre a Capitania do Matto Grosso Offerecidas ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor João d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Governador e Capitam General da mesma Capitania Pelos Tenentes Coroneis de Infantaria com exercicio de Engenheiros Joaquim Jozê Ferreira e Ricardo Franco de Almeida Serra», pub. in *R.I.H.G.B.*, tomo V (2ª série), nº 15, Rio de Janeiro, 1849, pp. 377-99.

direção ao oeste<sup>24</sup>. A comunicação com São Paulo começa também a intensificar-se, fixando-se a rota das monções. Foi com esses sertanistas, aventureiros e até marginais que se começou a estruturar o povoamento, com o aparecimento dos primeiros arraiais na região do rio Cuiabá, e a ter lugar a apropriação de um espaço até aí não reivindicado por nenhuma das coroas ibéricas. Mais tarde, na década de 1730 ocorreu a ocupação da região de Mato Grosso, próximo ao rio Guaporé, pertencente já à bacia amazônica. No entanto, a região mais a sul, a do rio Paraguai, apenas irá merecer a atenção dos colonizadores das coroas ibéricas na década de 1760, muito depois da criação da capitania de Cuiabá e Mato Grosso, ocorrida em 1748.

No entanto, desde as primeiras representações cartográficas produzidas logo após o início da colonização portuguesa em Cuiabá que o rio Paraguai surge como o limite entre as possessões ibéricas naquela parte da América do Sul. Motivada pelo conhecimento da existência das missões castelhanas de Moxos e de Chiquitos, essa consciência aparece muito cedo e de forma bastante clara entre os portugueses. A presença dos jesuítas ao serviço de Espanha justificava a posse daquelas terras. Daí a identificação dos «Parte Dos Domínios Da Coroa De Castella», a oriente do rio Paraguai, nos mapas elaborados a partir dos conhecimentos dos sertanistas<sup>25</sup>. Contudo, este tipo de cartografia, pouco precisa e com muitas imprecisões, procurava sobretudo “arrumar” o espaço, sem grandes preocupações científicas ou matemáticas. Ela baseava-se no conhecimento empírico de bandeirantes, sertanistas ou outros homens que haviam estado naquelas paragens. O primeiro levantamento geográfico daquela região aconteceria apenas algumas décadas depois, com os trabalhos demarcadores do Tratado de Madrid de 1750, o qual definiu precisamente o rio Paraguai como um dos limites entre as possessões ibéricas. As delimitações no terreno então efectuadas, constituíram a primeira intervenção sistemática e verdadeiramente científica das autoridades portuguesas e espanholas sobre o alto Paraguai.

Cumprindo o estipulado no acordo, os técnicos ao serviço de ambas as coroas, que constituíam a terceira partida do sul, percorreram todo o rio Paraguai, pois subiram da ilha de Martim Garcia, no Prata, até Assunção, onde a expedição foi ultimada. Entre Agosto de 1753, quando partiram desta cidade, até Fevereiro de 1754, data do regresso, percorreram o rio até à foz do Jaurú, onde colocaram um marco de mármore<sup>26</sup>. No entanto, não foi identificado o rio Corrientes, indicado no texto do tratado e no Mapa das Cortes como afluente do Paraguai, por onde deveria passar o limite territorial entre as possessões das duas

<sup>24</sup> José Barbosa de Sá, «Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seosprincipiosthé os presentes tempos», in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIII, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904, p. 11. Ver também «Diário do 1.º de Abril de 1732», pub. in João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda e Fernanda Olival, Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora, vol. 2 (1732-1734), Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, Lisboa, 2005, p. 45.

<sup>25</sup> Parte do governo de S. Paulo [e] parte dos domínios da Coroa de Castella, post. a 1730, FBN, Rio de Janeiro, Cartografia, ARC.030,03,002.

<sup>26</sup> Sobre os trabalhos demarcadores da terceira partida do sul do Tratado de Madrid, ver Mário Clemente Ferreira, O Tratado de Madrid e o Brasil meridional. Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 2001, pp. 172-188.

coroas, pelo que a demarcação foi apenas iniciada depois de ultrapassado o trópico de Capricórnio. Esta dificuldade deveu-se ao desconhecimento daquele rio por parte dos moradores de Assunção. A este propósito, o Comissário Principal espanhol, Marquês de Valdelírios, afirmou que a inexistência de práticos na navegação daquele rio não o surpreendia, pois tratava-se de uma região até então pouco explorada, mas estranha a ausência de notícias dele atendendo ao facto desse rio surgir indicado em diversas cartas jesuítas<sup>27</sup>. No entanto, esta incapacidade, para além de revelar claramente um frágil conhecimento geográfico da região, parece também ilustrar a fraca circulação de informações entre os jesuítas e as autoridades coloniais.

Apesar desta contrariedade, grande parte da linha delimitadora foi estabelecida e representada cartograficamente pelos demarcadores. Dessa actividade conjunta resultaram diversos mapas, destacando-se o monumental Mapa Geografico hecho por orden de Sua Mag.<sup>es</sup> Catholica, y Fidelis.<sup>ma</sup> Que comprehende la Demarcacion de la Linea de Division des de el Salto grande del Rio Paraná, hasta La boca del Rio Jaurú, en la America Mareidional. Egecutada Por las Terceras Partidas que subieron por el Rio Paraguay, concluído em 1755, que é a síntese de todos os trabalhos então desenvolvidos<sup>28</sup>. Deste mapa fez-se, em 1759, uma cópia reduzida, a qual foi oferecida a D. António Rolim de Moura, Governador de Mato Grosso<sup>29</sup>.

No entanto, um dos resultados cartográficos mais interessantes foi um atlas traçado em 1758 por Miguel António de Ciera, onde aplicou os seus conhecimentos como cosmógrafo daquela terceira partida do sul. Preparado como oferta ao rei D. José I, é composto por 36 folhas soltas. Dessas, 31 apresentam desenhos aguarelados que representam não apenas cartograficamente os cursos dos rios da Prata, Paraná e Paraguai, ou seja, todo o percurso fluvial desde a Colónia do Sacramento até à foz do rio Jaurú, mas também paisagens, animais, núcleos urbanos e costumes dos habitantes daquelas regiões. E nisso reside também a sua importância, pois sendo constituído por informações cartográficas e iconográficas, estamos na presença do primeiro conjunto de vistas da paisagem interior da América do Sul<sup>30</sup>. A sua leitura permite um conhecimento não apenas geográfico da região, nomeadamente de locais considerados estratégicos, mas também dos seus principais elementos caracterizadores. Existe nele um cuidado especial

<sup>27</sup> Carta do Marquês de Valdelírios para Gomes Freire de Andrade, Buenos Aires, 18-12-1753, Arquivo Histórico Ultramarino, Nova Colónia do Sacramento, cx. 7, doc. 33 (catalogação antiga). Uma das cartas jesuítas em que o rio Corrientes aparece indicado é a *Paraquariae Provinciae Soc. Jesu cum adjacentib[us] novissima descriptio post iteratas peregrinationes, & plures observationes Patrum Missionariorum eiusdem Soc. Tum huius Provinciae, cum & Peruanae accuratissime delineata, Anno 1722*, publicado em 1726 pelos padres da Companhia e atribuído a Juan Francisco Dávila.

<sup>28</sup> Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, nº 758.

<sup>29</sup> *Mappa Geographico*, da Terceira Partida de divisões, que comprehende do Salto grande do rio Paraná, até a boca do Rio Jaurú, aonde se colocou hum dos Marcos de marmore, em o dia 14º de Janeyro do anno de 1754, V.ª Bella 5 de M.º de 1759, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, Mapoteca Histórica, 047-M-1-G.2.

<sup>30</sup> Sobre este atlas, ver Maria de Fátima Costa, «Miguel de Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760)», in *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, nova série, vol. 17, nº2, Julho-Dezembro 2009, Universidade de São Paulo, pp. 189-214.

na representação das terras espanholas, especialmente da região de Assunção, mas sobretudo da linha de fronteira, então acabada de demarcar.

Contudo, a autêntica revolução no conhecimento geográfico e cartográfico do rio Paraguai, produzida pela actividade das equipas mistas luso-castelhanas de demarcação, não se traduziu numa ocupação imediata dos espaços coloniais então definidos. Entendemos que tal se deveu, em grande medida, à forte oposição indígena à presença dos colonizadores que então ainda se fazia sentir a norte da cidade de Assunção. Na verdade, os espanhóis estabeleceram apenas em 1760 a missão de Nossa Senhora de Belém, constituída por índios Guaicurú, junto ao rio Paraguai e na margem norte do rio Ipané. Os portugueses somente a partir de 1775 instalaram o forte de Nova Coimbra na margem ocidental do rio Paraguai. Dois anos antes, em 1773, os espanhóis estabeleceram a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição na margem oriental do rio Paraguai. Estes três estabelecimentos têm em comum o facto de serem instalados em regiões que não pertenceriam à jurisdição das respectivas coroas segundo o Tratado de Madrid, entretanto anulado com a assinatura do Tratado do Pardo em 1761.

Na verdade, a ocupação portuguesa do vale do Paraguai apenas começa a ser pensada nos últimos anos do governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho na Capitania de Mato Grosso. E isso verificou-se depois de contactos com o Morgado de Mateus, Governador de São Paulo, após este ter fundado em 1767, junto ao rio Iguatemi, a fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula, curiosamente em território que pertenceria à Capitania de Mato Grosso, com o objectivo de garantir a navegação do percurso das monções. Em 1770, Sousa Coutinho propôs a instalação de um outro estabelecimento no Fecho dos Morros, nas margens do rio Paraguai, que apoiando-se na fortaleza do Iguatemi garantiria a navegação do rio Paraguai <sup>31</sup>. No entanto, ressaltava que a sua Capitania não dispunha de homens para tal empreendimento, sugerindo que a sua fundação coubesse à Capitania de São Paulo. Na verdade, este era um projecto então praticamente inexecutável.

Apenas em Julho de 1775, já com o Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, saiu de Cuiabá uma expedição para exploração do Fecho dos Morros com a finalidade de aí se estabelecer uma fortificação, a qual permitiria garantir a segurança das minas de diamantes encontradas no alto Paraguai, impedir a navegação dos espanhóis pelo Paraguai vindos do porto de Buenos Aires, «ou ainda de Cadiz ou Ferrol», que estes se apoderassem da boca do actual rio Miranda e, simultaneamente, franquear a rota das monções desde Ararituaba até Cuiabá. No entanto, a expedição, comandada pelo capitão Matias Ribeiro da Costa, apenas explorou o rio Paraguai até 42 léguas acima do destino pretendido, ou seja até um local que lhe pareceu ser o Fecho dos Morros, onde colocou uma bandeira a 13 de Setembro de 1775,

---

<sup>31</sup> Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 11-2-1770, A.H.U., Mato Grosso, cx. 14, doc. 9.



estabelecendo na margem direita do Paraguai o forte de Coimbra. Esse local estaria a 120 léguas e a vinte dias de viagem de Cuiabá <sup>32</sup>.

No mesmo ano, Luís de Albuquerque envia uma nova expedição com a finalidade de explorar os rios Embotetey (actual Miranda) e Paraguai, comandada por João Leme do Prado. Este, quando regressou, forneceu informações das campanhas e margens daquele rio e dos índios que encontrou. Informou também que pouco abaixo da foz do actual rio Miranda descobriu um local apropriado para uma povoação ou fortaleza, o morro chamado das Pitãs. O Governador Luís de Albuquerque nomeou então João Leme do Prado Capitão-Mór das Conquistas do Paraguai. Em Agosto de 1778, Leme do Prado e os seus familiares, juntamente com outras famílias, fundariam a povoação de Albuquerque <sup>33</sup>.

Em 1776 uma nova expedição é enviada por ordem de Luís de Albuquerque. Comandada por Miguel José Rodrigues e constituída por grande número de soldados, tem como missão explorar a verdadeira região do Fecho dos Morros <sup>34</sup>. Por isso, o Governador ordenou que esta expedição explorasse a região ao sul do forte de Coimbra, em busca daquele ponto do curso do rio Paraguai. Atingiram o Fecho dos Morros e, na viagem de regresso, chegaram a trocar alguns objectos com os índios que encontraram.

Os espanhóis, após o estabelecimento, junto do rio Ipané, da missão de Nossa Senhora de Belém em 1760, fundaram na margem oriental do rio Paraguai a Vila Real de la Concepcion em 1773. Todas estas iniciativas colonizadoras desenvolvidas pelas duas coroas ibéricas nas margens do rio Paraguai originaram uma produção cartográfica significativa. Era necessário representar cartograficamente esses avanços, avaliar a proximidade dos estabelecimentos da coroa adversária, representar as edificações levantadas e também resolver ou procurar soluções para a questão dos limites territoriais.

Isso justifica-se também pelo facto de todos esses estabelecimentos, portugueses e espanhóis, se encontrarem fora das jurisdições de cada uma das coroas definidas pelo Tratado de Madrid. Apesar de este convénio ter sido anulado, em ambas as partes existia a consciência que aquelas iniciativas poderiam, eventualmente, provocar reacções do lado adversário. A assinatura em 1777 do Tratado de Santo Ildefonso viria confirmar esses receios, pois, naquela parte, manteve os limites de 1750. Por isso, apenas dois anos depois, José Custódio de Sá e Faria, já ao serviço da coroa espanhola, traça um mapa da região no qual

---

<sup>32</sup> Felipe José Nogueira Coelho, «Memorias Chronologicas da Capitania de Matto-Grosso Principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendencia do Ouro», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 18, Rio de Janeiro, 1850, p. 190 e Joaquim da Costa Siqueira, «Chronicas de Cuyabá ou relação chronologica dos estabelecimentos, factos, sucessos mais notaveis que aconteceram nestas Minas de Cuyabá», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV, São Paulo, 1898-1899, pp. 192-193 e Anais de Vila Bela, 1734-1789, organização de Janaina Amado, e Leny Caselli Anzai, Carlini & Caniato Editorial, Editora da Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, 2006, pp. 202 e 205-206.

<sup>33</sup> Felipe José Nogueira Coelho, ob. cit., p. 190, J. da Costa Siqueira, ob. cit., pp. 192-193 e J. Amado e L. C. Anzai, ob. cit., pp. 202 e 205-206.

<sup>34</sup> J. da Costa Siqueira, ob. cit., 180-184. Esta expedição foi organizada por Marcelino Rodrigues Camponês, então comandante do forte de Coimbra.

apresenta uma proposta de alteração à linha acordada em Santo Ildefonso<sup>35</sup>. Assim, das nascentes do rio Iguatemi, a linha poderia seguir até encontrar as nascentes de um outro rio, afluente também do Paraguai, mas mais ao norte que o rio Ipané, rio que o tratado parecia definia como divisor, apesar de ainda nomear «o que chamam Correntes», de modo a garantir o domínio espanhol dos territórios onde se localizavam a missão de Nossa Senhora de Belém, de índios Guaicuru, e a Vila Real de la Concepción.

No entanto, na fronteira do rio Paraguai, ao contrário do que sucedeu com o acordo de 1750, as equipas portuguesas e espanholas de demarcação de limites que deveriam constituir a segunda comissão segundo o tratado de 1777 nunca chegaram a encontrar-se e a trabalhar em conjunto. Apesar disso, os técnicos da terceira comissão que deveriam demarcar para norte do Guaporé, por influência do Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, estiveram muito activos e, entre outros reconhecimentos, percorreram parte do rio Paraguai, nomeadamente desde a foz do Jaurú até à Baía Negra em 1782.

Contudo, é na última década do século XVIII que se tomam iniciativas relacionadas com a disputa territorial pelo domínio de parte do curso do Paraguai. Assim, em 1790, por ordem do Governador do Paraguai, Joaquin Alós, uma expedição comandada por Martín Boneo e Inácio de Pasos partiu de Assunção com o objectivo de forçar a retirada dos portugueses do forte de Nova Coimbra que, segundo o tratado de Santo Ildefonso, localizava-se em território da coroa espanhola. Chegados à fortaleza portuguesa, os castelhanos tiveram conhecimento de que na mesma margem do rio Paraguai tinha sido instalada a povoação de Albuquerque. Boneo pretendeu ir até este estabelecimento, mas o comandante do forte de Nova Coimbra informou-o de ter ordens do Governador de Mato Grosso para não permitir a passagem de espanhóis que ali chegassem. Boneo ainda tentou a subida do Paraguai, mas foi impedido pelo comandante de Albuquerque, o qual encontrou no segundo dia da sua viagem. No entanto, conseguiu prestar ao Governador do Paraguai informações sobre a guarnição do presídio de Nova Coimbra e muitas outras que conseguiu obter das regiões por onde passou<sup>36</sup>.

Desta expedição resultou um grande mapa em que está representado o curso do rio Paraguai, desde a cidade de Assunção até à foz do rio Jaurú<sup>37</sup>. Curiosamente, Inácio de Pasos utilizou para a sua elaboração informações com duas origens distintas. O troço de Assunção até Nova Coimbra é o resultado da viagem por si realizada e das observações efectuadas. Daí até ao Jaurú utilizou como fonte o mapa elaborado pelos

<sup>35</sup> Demonstracion Geografica de la situacion en que se hallan los pueblos de N. S.<sup>ra</sup> de la Concepcion, de Españoles, y de N. S.<sup>ra</sup> de Belén, de Indios Guaycurus, que segundo el Tratado Preliminar quedan comprendidos en la Demarcacion de Portugal, José Custódio de Sá e Faria, 1779, Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, Sig.<sup>a</sup> 129.

<sup>36</sup> Carta de Martin Boneo para Joaquin Alós, Assunção, 14-10-1790, Real Academia de la História, Madrid, col. Mata Linares, tomo VIII, fs. 36-41.

<sup>37</sup> Carta Reducida del Tramo del Rio Paraguay, comprendido entre la ciudad de la Asunción y la boca del rio Jaurú; formada desde el Estrecho de San Francisco Xavier hasta la Asunción: En virtud de lo mandado por el Señor Gov.<sup>or</sup> Yntendente, y Coman.<sup>te</sup> General de la Provincia del Paraguay D.<sup>o</sup> Joaquín Alos, en la Ynstruccion, que dió para el descubrimiento y requerimiento de los Portugueses situados en las margenes de este Rio. Lo restante es copia de la que formaron los Demarcadores el año de 1753, Inácio de Pasos, ca. 1790, Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, Sig.<sup>a</sup> 685.

demarcadores do Tratado de Madrid concluído em 1755, ou seja quarenta e cinco anos antes. E por isso, relativamente à povoação de Albuquerque, inscreveu num ponto do mapa que «Aqui se considera la situacion del Establecimiento nombrado Albuquerque a las Margenes del Rio, que nunca se reconoció por el embarazo de su Comandante». Mas o conhecimento das possibilidades militares do adversário era também extremamente importante, sobretudo numa eventual situação de conflito. Por isso, este mapa apresenta um inserto com uma vista e uma planta do Presídio de Nova Coimbra. A importância desse tipo de conhecimento justificou inclusivamente a produção de um documento autónomo, representando uma planta e uma perspectiva da referida fortificação <sup>38</sup>.

Esta expedição espanhola originou uma reacção da parte das autoridades portuguesas. O Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ordenou a organização de uma expedição de espionagem, invocando junto dos espanhóis a perseguição e busca de um grupo de índios fugidos. Assim, em 1791, foi enviado um grupo comandado por João de Almeida Pereira, com finalidades claras: conhecer as intenções e projectos dos espanhóis na Província do Paraguai, para avaliar se seria suficiente o reforço já efectuado das guarnições do forte de Nova Coimbra e da povoação de Albuquerque perante o receio de uma invasão castelhana; identificar os primeiros estabelecimentos castelhanos na margem oriental do rio Paraguai, e saber se a missão de Nossa Senhora de Belém se encontrava acima do rio Ipané, o qual seria o limite entre as duas coroas naquela região, pois parecia tratar-se do Corrientes ainda referido no Tratado de Santo Ildefonso <sup>39</sup>.

Com esta viagem obtiveram-se variadas e importantes informações. Em primeiro lugar, constatou-se ser a Vila Real de la Concepción o estabelecimento castelhano mais próximo do forte de Coimbra, localizada na margem oriental do Paraguai, quatro léguas acima da foz do Ipané. Em segundo lugar obteve-se a informação que distante desta cinco léguas, na mesma margem oriental, se encontrava a missão de Nossa Senhora de Belém. Em terceiro lugar, teve-se conhecimento que o Governador do Paraguai, Joaquim Alós, estaria para instalar uma nova povoação na mesma margem do Paraguai, dez léguas a norte de Vila Real, ou seja, mais próxima ainda do forte de Nova Coimbra. Em quarto lugar, os portugueses sentiram durante a sua presença na povoação castelhana uma grande liberdade de movimentos e um clima de grande afabilidade, o que parecia indicar a ausência de qualquer intenção belicista por parte dos espanhóis.

<sup>38</sup> Plano y Perspectiva del Presidio Portugues la Nueva Coimbra situado en la margen occidental del Rio Paraguay en los 19º 53' de Latitud Austral, Inácio de Pasos, 1790, Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, Sig.<sup>a</sup> 92.

<sup>39</sup> Ofício do Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, Vila Bela, 23-6-1792, A.H.U., Mato Grosso, cx. 29, doc. 1640.

Desta expedição resultou ainda um mapa que constitui uma síntese de todo o conhecimento então adquirido <sup>40</sup>. Ele representa o troço do rio Paraguai desde o presidio de Nova Coimbra até à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição; informa que os pantanais do Paraguai começavam na foz do rio Jaurú e terminavam no Fecho dos Morros, tendo mais de cem léguas de extensão; refere que o rio Branco talvez fosse o que pareceu o Corrientes aos demarcadores que por ali passaram em 1754 e assinala os locais exactos em que os espanhóis pretendiam estabelecer uma nova povoação e uma estância de gado, ambas acima da Vila Real de la Concepción.

Numa época ainda de indefinição territorial, em que as duas coroas disputavam o espaço, a prática da espionagem, como esta viagem claramente demonstra, constituía uma importante fonte de informações para as autoridades portuguesas, mas também espanholas, pois estas recorreram igualmente a expedientes semelhantes.

Perante as informações então recolhidas, João de Albuquerque envia uma carta para ser entregue ao Governador do Paraguai, mas como se ela fosse escrita pelo comandante da povoação de Albuquerque. Nela solicitava-se a Joaquim Alós que suspendesse, caso ele existisse, o projecto da fundação da nova povoação e estância de gado enquanto não se executasse o Tratado de Santo Ildefonso, pois a margem norte do rio Ipané pertenceria aos portugueses e estes também não haviam instalado qualquer novo estabelecimento após a assinatura do tratado de 1777 <sup>41</sup>.

Terminava assim o século XVIII sem uma definição exacta das áreas de jurisdição de cada uma das coroas em toda aquela parte do rio Paraguai. No entanto, todos os estabelecimentos, portugueses e espanhóis, atrás referidos, manter-se-iam sob domínio daqueles que os fundaram.

---

<sup>40</sup> Idéa Topografica do Rio Paraguay desde o Prezidio de Nova Coimbra athe Villa Real Novo Estabelecimento Espanhol sobre a margem oriental do Paraguay, cinco legoas superior a boca do rio Ipanê que pelo mesmo lado desagoa nelle, João de Almeida Pereira, ca. 1792, A.H.U., Cartografia Manuscrita, Mato Grosso, nº 857. Existem cópias deste mapa na colecção da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, e na colecção da Casa da Insua.

<sup>41</sup> Carta do Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o comandante dos destacamentos de Nova Coimbra e Albuquerque, Vila Bela, 10-3-1792, A.H.U., Mato Grosso, cx. 29, doc. 1640 (anexo).